

Sarney apóia a emenda de Marcílio

O presidente do PDS, senador José Sarney, defendeu ontem a ampliação da inviolabilidade do mandato parlamentar prevista na Constituição, afirmando estar de acordo com a tese do presidente da Câmara, deputado Flávio Marcílio, em favor da inviolabilidade total.

Sarney relatou em 1978 a Emenda Constitucional nº 11, atualmente em vigor, e que restabeleceu a inviolabilidade parlamentar "exceto nos crimes contra a segurança nacional". Ontem, ele reconheceu que "a realidade do País é outra e se pode fazer um pouco mais. A melhor solução seria o Congresso Nacional exercer o poder de controle, independente do Poder Judiciário, e estamos caminhando para isso".

O senador José Sarney conversava com os jornalistas em seu gabinete, quando recebeu a visita do presidente da Câmara, com quem conversou numa sala ao lado. Retornando ao gabinete, o senador

disse aos repórteres: "Acabo de dizer ao deputado Flávio Marcílio

que estou solidário com sua tese da inviolabilidade do mandato".

Dante da reação de estranheza dos jornalistas, Marcílio acrescentou: "Esse pessoal precisa aprender que estamos vivendo outra época.

Saímos de um ciclo revolucionário e vivemos um ciclo de democracia.

As decisões agora têm que ser tomadas com a participação do Congresso".

Sarney, que ainda não deixara claro sua posição sobre as imunidades parlamentares, afirmou então

ser favorável a que se encontre uma fórmula, na discussão de emenda constitucional que restaura prerrogativas do Legislativo, "que não possa diminuir as prerrogativas do Congresso, uma vez que ele é fundamental para o sistema democrático".

Segundo o presidente do PDS, o dispositivo do mandato parlamentar "nos crimes contra a segurança nacional", não tinha por objetivo restringir as prerrogativas do Congresso. O objetivo era defender o País da violência política e dos atentados.

"O Estado democrático deve ter seus instrumentos de defesa,

sem que eles impliquem restrição ao Congresso Nacional. O Congresso não quer uma democracia indefesa e acho que podemos chegar lá", disse Sarney.

Já o líder do PDS na Câmara, deputado Nelson Marchezan, deixou claro não haver condições de o governo concordar com a redação sugerida ao artigo referente à inviolabilidade do mandato. E que a comissão mista que estuda o projeto das prerrogativas aceitou a sugestão do presidente do Senado, Luiz Viana Filho, excluindo a ressalva "exceto no caso de crimes contra a segurança nacional" quanto às imunidades parlamentares.